

É o tempo mais difícil para o acesso a nossos direitos e nossas terras”, afirma indígena na ONU

O governo brasileiro deve ser responsabilizado por toda violência praticada com os povos indígenas”, pontuou indígena ao rebater fala irreal de representante do Brasil na ONU

(CIMI, 18/09/2019 - acesse no site de origem)

Saturnina Urupe Chue, indígena do povo Chiquitano, deixou seu território tradicional no extremo oeste do Mato Grosso, Brasil, e desembarcou na 42ª Sessão da Comissão de Direitos Humanos da Nações Unidas, em Genebra, Suíça. A liderança firma a análise: “Hoje somos ameaçados abertamente pelo presidente da República [do Brasil]”. Saturnina levou às esferas internacionais o discurso de ódio do representante máximo da República do Brasil. Jair Bolsonaro, “coloca em risco nossas vidas e a vida do nosso planeta”, afirma ao fazer referência aos constantes ataques verbais do presidente contra os povos indígenas.

Com um discurso descolado da realidade, o governo brasileiro apresentou na ONU, durante sua manifestação, um cenário de suposto “cuidado aos direitos indígenas”. Na manhã de hoje, afirmou cumprir a Constituição Federal no que tange aos direitos originários das populações tradicionais. Contudo, o que denunciou na tarde de hoje (18) Saturnina Chiquitano indica um Brasil que regride na política indigenista. “O governo brasileiro deve ser responsabilizado por toda violência praticada com os povos indígenas”, pontua.

A indígena de 30 anos iniciou sua caminhada aos 16 ao acompanhar seu pai, na época cacique do povo. Hoje ocupa o espaço de fala na ONU dedicado aos povos indígenas para ajudar a visibilizar os tristes sintomas que assolam o Brasil: “É o tempo mais difícil para os direitos indígenas e para o acesso às nossas terras”, lamenta em pronunciamento na sessão de Diálogos Interativos.

“Meu povo tem sido atacado e violentado gravemente. O governo do Brasil insiste em não reconhecer nossos Direitos Constitucionais sobre nossas terras”

A violência orquestrada contra os povos indígenas afeta há décadas os Chiquitano, que têm sua identidade historicamente negada. Com um discurso antidemarcação, o governo federal atua para intensificar as violações de direitos humanos perpetrados há séculos. Com território ainda sem nenhum procedimento para que seja iniciada sua demarcação, Saturnina exemplifica o que ocorre com aproximadamente 400 outras terras indígenas no país que também sem nenhuma providência para seu reconhecimento pelo Estado.

“Meu povo tem sido atacado e violentado gravemente. O governo do Brasil insiste em não reconhecer nossos Direitos Constitucionais sobre nossas terras”, pontua. “Muitos Chiquitanos já estão deslocados do território. São obrigados a viver fora, nas cidades não indígenas e abaixo de extrema vulnerabilidade”, expressou como consequência da não demarcação.

No fim do pronunciamento, Saturnina reafirmou a histórica resistência dos povos indígenas: “Que todos saibam, vamos defender nossos direitos e nossas terras até o último indígena. A Mãe Terra merece cada gota de sangue derramado pela vida de todos os seus filhos”.

Por Guilherme Cavalli

Brasil manda crítico da Lei Maria da Penha para sabatina sobre direitos humanos na ONU

Desconfiança que Ernesto Araújo tem do ex-chefe leva país a ignorar missão em Nova York e enviado cala sobre ataque de Bolsonaro a Bachelet

(O Globo, 06/09/2019 - acesse no site de origem)

O governo brasileiro ignorou a sua missão nas Nações Unidas, em Nova York e enviou um funcionário do segundo escalão do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos crítico à Lei Maria da Penha de Brasília para uma sabatina sobre direitos humanos na sede das Nações Unidas, em Nova York, ontem. A viagem de Alexandre Magno Fernandes Moreira, que responde ao número dois de Damares Alves, Sérgio Augusto Queiroz, para uma sabatina com a sociedade civil sobre a reeleição do Brasil para o Conselho de Direitos Humanos da ONU sinaliza a importância que o país conferiu à reeleição no órgão em Genebra. Na prática diplomática, o envio de alguém da capital significa que o assunto é prioritário para o país.

Por outro lado, a atitude brasileira evidencia a desconfiança do ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, em relação a seu ex-chefe, Mauro Vieira, ex-chanceler (2015-2016) e ex-embaixador em Washington, que hoje comanda a missão brasileira na ONU.

Antes de trabalhar como secretário-adjunto de Políticas Globais do ministério de Damares Alves, Moreira era procurador do Banco Central em Brasília. Em diversos artigos, defende posições como o direito legal à homofobia e o ensino domiciliar. No artigo “Lei Maria da Penha e a criminalização do masculino”, publicado no site Direitonet em 2007, ele critica a lei para coibir a violência contra a mulher aprovada no ano anterior.

“Ser punido por atos que inevitavelmente ocorrem no cotidiano de um casal significa penalizar o homem como tal e não os fatos em si. Nos dias de hoje, ser homem pode ser um crime, exceto se pertencer a alguma minoria legalmente protegida, como negros, índios, idosos, crianças, adolescentes e, em um futuro próximo, homossexuais”, escreveu.

Desconfiança com ex-chefe

Já o embaixador Mauro Vieira foi chefe de Araújo em Washington, onde ambos serviram entre 2010 e 2015. Cinco fontes consultadas no Itamaraty confirmaram que Araújo não confia na

missão brasileira na ONU, está brigado com seu ex-chefe e procura substituí-lo. O embaixador contaria com o apoio do presidente do Senado, Davi Alcolumbre, afirmaram. Em viagem em maio, Alcolumbre teria prometido que Vieira permaneceria como chefe da missão brasileira até a aposentadoria, em 2021, o que Araújo tentaria reverter .

Pessoas que trabalham próximas à missão em Nova York disseram que os diplomatas lá têm atenuado diversas posições de Araújo, com um comportamento mais parecido com as posições clássicas da diplomacia brasileira. Este comportamento seria diferente do da chefe da missão brasileira em Genebra, Maria Nazareth Farani Azevedo, muito alinhada a Araújo. Procurado, o Itamaraty não respondeu sobre os motivos de ter sido Moreira o representante do país.

Na leitura de seu voto, ele apresentou uma versão resumida da [candidatura formalizada em junho, que excluiu menções a gênero e à tortura](#) e incluiu “o fortalecimento das estruturas familiares” entre seus pontos mais importantes. Moreira enfatizou o “direito à vida” como prioridade, em uma crítica implícita a países onde o aborto é permitido.

O momento mais polêmico do Brasil foi uma pergunta sobre os [ataques do presidente Jair Bolsonaro à alta comissária para os Direitos Humanos da ONU](#) , Michelle Bachelet, nesta semana. A pergunta foi feita em nome da organização Conectas Direitos Humanos e reforçada pelo secretário-geral adjunto para os Direitos Humanos da ONU, Andrew Gilmour, que mediava a sessão e, em sua única intervenção destinada a um só país, disse que considerava o assunto “muito importante”.

Moreira ignorou completamente a pergunta e não citou o nome de Bachelet. Apesar de silenciar sobre o assunto, seu comportamento foi mais [moderado do que o apresentado pelo Brasil nas últimas sessões do Conselho de Direitos Humanos](#), quando o país votou alinhado com países islâmicos em questões de gênero. O comportamento gerou críticas e [levou Araújo a ser convocado para uma audiência pública em 7 de agosto](#).

Moreira afirmou que o país considera que direitos de pessoas LGBT são parte integral dos “direitos humanos e que o Brasil está comprometido a combater toda forma de discriminação”. O representante de Damares também disse que o governo está comprometido a trabalhar com [ONGs, alvo críticas de Bolsonaro](#).

—Consideramos o papel da sociedade civil na arena internacional e na formulação de políticas públicas no Brasil extremamente importante. Estamos totalmente devotados a trabalhar com a sociedade civil no mundo todo, não só em palavras, mas efetivamente.

Perguntado sobre incêndios na Amazônia, o secretário leu uma longa resposta defendendo que o Brasil “harmonizou agricultura com preservação”. Sobre populações indígenas, disse que “há no país o reconhecimento de que a prosperidade do país está atrelada a respeito aos povos indígenas”.

Acenos de moderação

A moderação brasileira aponta para uma tentativa de atrair votos. As eleições acontecem em outubro, durante a Assembleia Geral da ONU, e há duas vagas para países sul-americanos e do Caribe. Brasil e Venezuela são os únicos candidatos, o que torna uma derrota improvável. Apesar disso, terão de somar 97 votos, e circulam cada vez mais rumores de países indispostos a votar em apoio a Bolsonaro. Segundo Camila Asano, coordenadora da Conectas Direitos

Humanos, a ida de um representante de Brasília adiciona peso ao pleito brasileiro, mas este é comprometido por atitudes do próprio presidente.

— O governo Bolsonaro enviou um representante de Brasília a Nova Iorque para defender a candidatura mostrando que o pleito é prioritário para nossa diplomacia. Lamentavelmente, os ataques do presidente à principal representante da ONU para direitos humanos caminham em direção contrária — afirmou, acrescentando que a fuga da pergunta sobre Bachelet “comprometeu ainda mais a credibilidade do Brasil como candidato ao Conselho”.

Eleanor Openshaw, diretora em Nova York do Serviço Internacional para os Direitos Humanos (ISHR), que participou da sabatina, criticou a falta de concorrência aos assentos na América Latina, com Brasil e Venezuela sendo os únicos candidatos. Tradicionalmente, países violadores buscam se candidatar para atrapalhar as votações.

— É muito decepcionante que os Estados da região tenham permitido que seus dois candidatos tenham sido Brasil e Venezuela, dois Estados que sofreram severas críticas recentemente por seus históricos de direitos humanos — afirmou.

Por André Duchiade

[OMS divulga atualização sobre contracepção hormonal e risco de infecção por HIV](#)

Diretriz tem em conta que mulheres com alto risco de contrair o vírus podem usar qualquer forma reversível de contracepção; medidas têm maior influência na África Subsaariana, região com as mais altas taxas de transmissão do vírus.

[\(ONU News, 02/09/2019 - acesse no site de origem\)](#)

A Organização Mundial da Saúde, OMS, publicou orientações atualizadas sobre o uso de contraceptivos. As novas diretrizes têm em conta as confirmações de um estudo revelando que mulheres com um alto risco de contrair HIV podem usar qualquer forma de contracepção reversível.

Entre os métodos que, segundo a pesquisa, não representam um aumento do risco de infecção estão injetáveis, implantes e somente os dispositivos intrauterinos de cobre que também são conhecidos por DIUs.

Métodos

A diretriz da OMS enfatiza, no entanto, que o uso correto e consistente desses métodos contraceptivos não protege tanto do HIV como de outras infecções sexualmente transmissíveis.

A agência também recomenda que seja fornecida a profilaxia pré-exposição, conhecida por PrEP, em locais onde a incidência do vírus é superior a 3%, sempre que for apropriado. Essa medicação impede que o vírus infecte o organismo, antes de ter contacto com a pessoa em risco.

A nova diretriz da OMS é publicada na sequência de uma revisão de recentes evidências científicas e destaca que as mulheres devem ter acesso a opções e métodos contraceptivos.

De acordo com diretor executivo da OMS para Cobertura Universal de Saúde, “as evidências mostram que o risco de uma mulher contrair HIV não deve restringir a escolha de contraceptivos”. Peter Salama destacou que todas as mulheres devem ter acesso a uma ampla gama de opções de contracepção e prevenção do vírus.

Diretrizes

O anúncio seguiu-se a uma reunião do grupo de desenvolvimento de diretrizes, que avaliou todas as evidências sobre contracepção hormonal e o risco de infecção por HIV que foram publicadas em 2016. O encontro também examinou o que foi confirmado sobre os DIUs e o risco de contaminação pelo vírus.

Essas recomendações são válidas em nível global, mas têm maior influência na África Subsaariana, região que apresenta as taxas mais altas de transmissão do HIV do mundo. De acordo com a OMS, a área enfrenta ainda os maiores desafios de fornecimento das mais amplas opções de contraceptivos.

Cerca de um quarto das mulheres africanas com idades entre 15 e 49 anos desejam adiar ou impedir o nascimento de filhos, mas têm acesso limitado aos métodos de contracepção moderna.

O estudo de evidência para opções contraceptivas e resultados do HIV, Echo, não apresenta diferenças estatisticamente significativas sobre a contaminação entre mulheres que usam um anticoncepcional como a injeção de acetato de medroxiprogesterona de depósito intramuscular, os DIUs de cobre ou o implante de levonorgestrel.

Serviços

A pesquisa realizada na África do Sul e na Zâmbia também revela haver altas taxas de infecção pelo HIV e por infecções sexualmente transmissíveis entre mulheres que procuram serviços contraceptivos.

Os maiores índices são apresentados particularmente entre as mais jovens, independentemente de qual dos três métodos contraceptivos vem sendo usado por elas.

Mulheres negras destacam papel dos objetivos globais na eliminação do racismo

As mulheres negras são 55,6 milhões de pessoas no Brasil. Representam 25% da população e compõem um dos grupos mais vulneráveis ao racismo, machismo e outras formas de discriminação. Os efeitos dessas desigualdades impedem que elas vivenciem direitos em todo o ciclo de vida, porque não acessam ou acessam pouco as oportunidades de desenvolvimento econômico, social e ambiental oferecidos à população brasileira.

(ONU, 29/07/2019 - acesse no site de origem)

Reconhecendo as mulheres negras como sujeitas de direitos e sujeitas políticas, a ONU Mulheres Brasil desenvolve, desde março de 2017, a estratégia de comunicação e advocacy Mulheres Negras Rumo a Um Planeta 50-50 em 2030 em parceria com organizações e entidades nacionais do movimento de mulheres negras para resposta às demandas da Marcha das Mulheres Negras contra o Racismo e a Violência e pelo Bem Viver, ocorrida no ano de 2015.

Parceira da sociedade civil representada no Comitê Mulheres Negras Rumo a um Planeta 50-50 em 2030, a ONU Mulheres Brasil apoia estratégias para avançar a resposta do país em relação às metas da Agenda 2030 e seus [17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável \(ODS\)](#).

“Assim que os ODS foram anunciados pelos países, percebemos que outra vez as mulheres negras e os grupos vulneráveis estavam de fora desse debate. (...) Vimos que era necessário que novamente as mulheres negras tomassem rédeas desse processo”, considera Lúcia Xavier, integrante do Comitê Mulheres Negras Rumo a um Planeta 50-50 em 2030, parceira da ONU Mulheres Brasil, e coordenadora de Criola - Organização de Mulheres Negras.



Lúcia Xavier em diálogo sobre ODS articulados com as dimensões de gênero e raça. Foto ONU Mulheres | Mayara Varalho

Segundo Lúcia, os ODS trazem desafios práticos e mensuráveis para a inclusão social da população negra por meio de metas e indicadores de progressos que visam monitorar investimentos, avaliar políticas e inovações para eliminar desigualdades.

“Para que essa agenda se afine um pouco mais é preciso divulgar não somente os ODS, mas as possibilidades de incorporação das mulheres negras nesse processo. Talvez a maneira mais concreta de fazer isso seja (...) olhar os ODS como uma oportunidade e enegrecê-los a ponto de poderem dar resposta às condições da população negra e das mulheres negras”, diz Lúcia Xavier.

Para Clátia Vieira, também integrante do Comitê Mulheres Negras Rumo a um Planeta 50-50 em 2030 e coordenadora do Fórum Nacional de Mulheres Negras, um dos momentos importantes de abordagem os ODS com foco no enfrentamento das desigualdades de gênero e

raça foi no Encontro Nacional de Mulheres Negras 30 Anos: contra o Racismo e a Violência e pelo Bem Viver, ocorrido em dezembro de 2018, em oficina com cerca de 40 lideranças nacionais e estaduais além de mulheres negras da Colômbia e do Uruguai.

“Embora a gente tenha uma representação nacional, é sempre bom ouvir, apresentar os ODS para quem não conhecia. E foi muito boa a dinâmica de as pretas se colocarem a partir dos 17 ODS, falando sobre a região onde vivem e militam e fazer propostas. A oficina trouxe uma demanda para a nossa agenda. Se a gente está falando de uma pauta de mulheres negras, a gente não tem o porquê de ficar isolada numa decisão”, avalia Clátia Vieira.

No Encontro Nacional de Mulheres Negras 30 Anos, duas oficinas abordaram os ODS e a Década Internacional de Afrodescendentes - uma para lideranças nacionais e estaduais e outra para comunicadoras e ciberativistas -, atividades conjuntas do Comitê Mulheres Negras 2030, ONU Mulheres e organização do encontro nacional.

“Foi um primeiro momento de aproximação das organizações de mulheres negras organizadas sobre um conjunto de ferramentas de direitos acordados até 2030. Estes direitos apontam uma oportunidade para o enfrentamento do racismo e da dívida histórica do nosso país com as mulheres negras. Essa é uma agenda já consolidada e com um conjunto de informações e o que falta ser feito daqui para frente”, conta Lúcia Xavier.

Ana Lúcia Pereira, integrante do Comitê Mulheres Negras Rumo a um Planeta 50-50 em 2030 e componente da Agentes de Pastoral Negros, considera que “a forma como nós falamos sobre os ODS é um tanto distante das mulheres”. E constata a necessidade de inovar nas maneiras de abordagem das mulheres negras, um dos grupos mais vulneráveis às desigualdades sociais.

“Na oficina, cada mulher negra falou do lugar onde está qual dos objetivos que ela se identificava. Foi interessante porque ela percebeu que ela já trabalha esses ODS e pode contribuir conosco para que possamos identificar onde podemos estar e de que forma podemos fazer essa troca de conhecimento, sendo que a oficina foi apenas um exemplo de tudo aquilo que pode ser realizado.”

Pluralidade e inovação

Na visão da especialista em educação, gênero e relações raciais Suelaine Carneiro, facilitadora da oficina com lideranças nacionais e estaduais do movimento de mulheres negras, “os 17 objetivos dizem respeito a desafios para o planeta”. “Essa permanência da feminização da pobreza em famílias de mulheres negras é um desafio gigantesco a gente ter um outro planeta em 2030. A paridade de gênero e o enfrentamento ao racismo são agendas que se apresentam decisivas para a gente ter uma nova condição social em todos os países desse mundo”.

De acordo com Suelaine Carneiro, é fundamental a inclusão das mulheres negras no conjunto de parcerias destacadas para a implementação dos ODS não somente pela vulnerabilidade delas, mas pela capacidade de inovação que suas visões de realidade e mobilização social em comunidades pode agregar aos esforços do Brasil com o desenvolvimento sustentável.

“O que as mulheres negras discutem são as condições sociais da população brasileira, em particular as condições do grupo mais vulnerável que são as mulheres negras. Elas trazem pluralidade para pensar política pública, os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, a Década Internacional de Afrodescendentes e o compromisso global para reversão das condições sociais da população negra”, alerta.

A jornalista Cleidiana Ramos, facilitadora da oficina com comunicadoras e ciberativistas, resalta os desafios trazidos pelas novas tecnologias e tendências no ambiente digital. “A gente está numa segunda fase de revolução digital que mexe com linguagens, e a gente tem vários desafios. O principal talvez é como a gente consegue falar para o nosso público a partir de formas em que mudam as próprias formas de relacionamento com as plataformas”.

Ramos lembra que as mídias digitais ainda têm vasto potencial a ser explorado em termos de mapeamento e produção de conteúdos. “Quando utilizamos algumas dessas ferramentas, vimos que discussões sobre documentos-chave, como os documentos da Conferência de Durban e ODS, eles estavam praticamente ausentes do mapeamento em ambiente digital. É uma amostra do quanto a gente tem que estar conversando. a gente tem que estar se conectando e pensando em como aprofundar os nossos conteúdos. Mesmo que de uma forma leve, a gente não pode perder essas referências que qualificam esse debate”.

Mulheres Negras nos ODS

As mulheres negras são 55,6 milhões de pessoas no Brasil. Representam 25% da população e compõem um dos grupos mais vulneráveis ao racismo, machismo e outras formas de discriminação. Os efeitos dessas desigualdades impedem que elas vivenciem direitos em todo o ciclo de vida, porque não acessam ou acessam pouco as oportunidades de desenvolvimento econômico, social e ambiental oferecidos à população brasileira.

Reconhecendo as mulheres negras como sujeitas de direitos e sujeitas políticas, a ONU Mulheres Brasil desenvolve, desde março de 2017, a estratégia de comunicação e advocacy Mulheres Negras Rumo a Um Planeta 50-50 em 2030 em parceria com organizações e entidades nacionais do movimento de mulheres negras para resposta às demandas da Marcha das Mulheres Negras contra o Racismo e a Violência e pelo Bem Viver, ocorrida no ano de 2015.

Por meio do Comitê Mulheres Negras Rumo a um Planeta 50-50 em 2030, as ações são desenvolvidas junto a parcerias governamentais, do setor privado, da academia e diferentes setores da sociedade em apoio ao mandato da ONU Mulheres no país de apoio à implementação dos ODS. Em abril de 2019, o Comitê se reuniu, na Casa da ONU, em Brasília, para avaliação de ações desenvolvidas desde 2017 e plano de trabalho 2019-2020 integrado ao planejamento da ONU Mulheres Brasil.

Saiba mais: onumulheres.org.br/mulheresnegras

Direitos das mulheres avançam na ONU e em instituições internacionais, por Giulliana Bianconi

Mesmo diante de resistência do atual governo, articulação internacional consistente demonstra força em defesa da equidade de gênero e repercute no Brasil

[\(Época, 21/07/2019 - acesse no site de origem\)](#)

As votações do Brasil em Genebra, dias atrás, sobre temas relacionados aos direitos das mulheres, durante a 41ª sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU, não trazem nada de novo sobre o governo Bolsonaro e a linha de atuação já fortemente publicizada pelo chanceler Ernesto Araújo e sua equipe. Aliás, já é hora de parar de se espantar a cada sinal dado de que as políticas de estado, incluindo as diretrizes da política externa liderada por Araújo, não rumam para a busca da equidade de gênero. Esse é um governo, afinal, “terrivelmente cristão”, e não é possível falar sobre equidade de gênero partindo prioritariamente de qualquer religião.

Ou os ministros e gestores públicos optam por abraçar as evidências, os dados, as análises técnicas e a realidade de constantes violações de direitos das mulheres e da população LGBTQ+, ou tudo o que se pode esperar dos ministérios ideológicos e seus órgãos relacionados são votos conservadores em reuniões internacionais, políticas públicas que desconsideram todo o repertório sobre equidade de gênero acumulado por organismos como a ONU e discursos que eventualmente vão virar memes na internet (“menino veste azul e menina veste rosa”).

Isso não quer dizer, entretanto, que os direitos das mulheres estão na berlinda nas Organizações das Nações Unidas, nem muito menos que o trabalho por equidade feito no Brasil por organismos como a ONU Mulheres esteja enfraquecido. Para além dos votos que a embaixadora do Brasil na ONU, Maria Nazareth Farani Azevedo — a representante do país em todas as votações em Genebra —, deferiu na semana passada na reunião do Conselho de Direitos Humanos para as pautas relacionadas à violência e discriminação contra mulheres e meninas e o casamento prematuro e forçado de crianças, há uma articulação internacional consistente, global e regional, cuja força é inegável e repercute no Brasil. Ao votar, por exemplo, a favor de emenda apresentada por Egito e Iraque que pedia a retirada do termo “direito à saúde sexual e reprodutiva” do texto que tratava sobre casamento prematuro, Maria Nazareth apenas reafirma a postura ultraconservadora do governo sobre os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, mas não muda o curso do rio. Afinal, a emenda não avançou e o termo pode ser encontrado na [terceira página da Resolução sobre a questão](#), documento oficial da ONU que serve como orientação aos países para lidar com o tema.

Como as mulheres vêm lutando com êxito há décadas na ONU, esse foi o desfecho, inclusive, de todos os votos conservadores do Brasil relacionados aos direitos das mulheres na ocasião: não representaram o que passaram a ser, ao final do encontro que envolveu os 47 países membros do Conselho de Direito Humanos, as três principais resoluções para os direitos das mulheres. Organizações da sociedade civil e especialistas de diversos países pró-direitos que acompanham todo o processo de votação e construção dos documentos consideram as medidas positivas por reafirmarem compromissos que dialogam com a busca pela equidade.

É preciso observar que apesar ter havido alinhamento do Brasil aos países que propuseram emendas para a retirada do termo gênero, direitos reprodutivos, entre outros, ainda não há uma radicalização do país no sentido de votar ou se abster de qualquer proposta que contemple o termo gênero. A embaixadora brasileira apertou “sim” na votação pela manutenção de um especialista em proteção contra a violência e a discriminação baseada na orientação sexual e na identidade de gênero, enquanto países como Afeganistão, China, Egito e Paquistão votaram pelo “não”.

Sob os holofotes pela votação que vai contra a tradição do Brasil nos temas e gênero na ONU

está Maria Nazareth Farani Azevedo, diplomata de carreira com mais de 30 anos de atuação, embaixadora também nos governos Lula e Dilma e sem qualquer atuação pública expressiva no campo dos direitos das mulheres. No atual governo, tem atuado sem criticar até o momento posições do presidente ou do chanceler, e até já saiu em defesa de Jair Bolsonaro em março, em Genebra, quando rebateu críticas feitas ao presidente pelo ex-deputado Jean Wyllys. Ela afirmou que o presidente não era fascista, nem racista e que seu governo não é uma organização criminosa.

A embaixadora pode seguir protagonizando votações que contrastam com avanços e com o trabalho por manutenção de direitos das mulheres liderado por grupos políticos e organizações da sociedade civil caso o Brasil seja reeleito para Conselho de Direitos Humanos da ONU, em outubro. O documento em que o país pleiteia novamente a vaga (para o triênio 2020-2022) já foi enviado ao órgão e exclui o termo “gênero” enquanto inclui “promoção da família”. A palavra gênero é contemplada de forma estratégica pelas mulheres na ONU desde 1995, ano da IV Conferência Mundial das Mulheres em Beijing, evento-marco para o movimento das mulheres no mundo e na América Latina. Foi lá que a “Declaração e Plataforma de Ação de Pequim” foi lançada, estabelecendo objetivos no enfrentamento às desigualdades de gênero. As relações de poder entre homens e mulheres foram problematizadas levando em conta os papéis atribuídos às mulheres e aos homens, avançando no sentido de superar o debate antes tão pautado na diferenciação biológica.

No Brasil, a ONU Mulheres segue com uma agenda ampla e intensa, atuando em território nacional por meio de parcerias com governos locais, estaduais, com projetos que versam sobre representatividade feminina na política, sobre enfrentamento à violência contra as mulheres, sobre promoção de lideranças e equidade no mercado de trabalho. Em Brasília, promove periodicamente fórum de mulheres que estão em cargos da política, seja no Executivo ou no Legislativo, e dialoga intensamente com o judiciário para contribuir com o amadurecimento no trato às questões de gênero na política. Liderada até o início do ano pela mexicana Nadine Gasman, que manteve por anos no centro do trabalho da sua equipe a pauta da promoção de lideranças políticas femininas, a ONU Mulheres no momento seleciona a nova representante para o país, levando em consideração a necessidade de manter algum diálogo com o governo que publiciza nacional e internacionalmente a intenção de retrocesso nos direitos.

Giulliana Bianconi é jornalista, diretora da Gênero e Número, organização de mídia que atua na intersecção entre pesquisa, jornalismo de dados e debate sobre gênero e direitos das mulheres.

Fundo de População da ONU lamenta decisão dos EUA de cortar recursos de seu orçamento

O Fundo de População das Nações Unidas ([UNFPA](#)) lamentou a decisão do governo dos EUA de cortar recursos para a agência pelo terceiro ano consecutivo. Segundo informações da

imprensa, o país norte-americano vai cancelar uma doação de 32,5 milhões de dólares em financiamento — o que, segundo o UNFPA, deve fragilizar a assistência de saúde oferecida a milhões de mulheres e meninas no mundo.

[\(ONU, 17/07/2019 - acesse no site de origem\)](#)

De acordo com a imprensa, o motivo por trás do corte seria a alegação de que o UNFPA apoiaria ou participaria de um programa de aborto forçado ou esterilização involuntária na China.

Ainda segundo a mídia, a decisão dos EUA vai negar financiamento às operações de emergência do UNFPA em contextos humanitários.

“O UNFPA ainda não viu a evidência que justifique as sérias alegações feitas contra o seu trabalho. O UNFPA não realiza, promove ou financia o aborto, e damos a mais alta prioridade ao acesso universal ao planejamento familiar voluntário, que ajuda a impedir que abortos ocorram”, afirmou em nota a agência das Nações Unidas.

“O UNFPA não promove mudanças no status legal do aborto”, acrescentou o pronunciamento do organismo internacional.

O Fundo de População disse ainda que “se opõe a práticas coercitivas, como esterilização forçada e abortos forçados”. No passado, a agência se manifestou contra casos desses abusos de direitos humanos.

Observando “com pesar” o que descreveu como a “determinação dos Estados Unidos da América em reter fundos da agência”, o UNFPA lamenta que representantes do país não tenham visitado o escritório da agência da ONU na China, antes de optar pelo corte de recursos.

“Em 2015, o atual programa de país (a estratégia nacional) do UNFPA na China foi aprovada pelo Conselho Executivo do UNFPA, do qual os EUA são membro. Os Estados Unidos nunca indicaram o que mudou, se é que algo mudou, no trabalho do UNFPA na China para repentinamente acionar uma determinação negativa sob a Emenda de Kemp-Kasten”, avalia a agência.

A Emenda de Kemp-Kasten nega financiamento federal a organizações ou programas que, conforme determinado pela Presidência dos Estados Unidos, apoiam ou participam de programas de aborto forçado ou esterilização involuntária.

A agência esclarece que o seu trabalho na China apoia o desenvolvimento de políticas tendo em vista quatro temas específicos — saúde sexual e reprodutiva; adolescentes e juventude; igualdade de gênero e empoderamento feminino; e dinâmica populacional. O escritório do UNFPA no país asiático não oferece nem financia quaisquer serviços.

“O UNFPA permanece empenhado em manter um diálogo aberto com o governo dos EUA. O UNFPA reitera o seu convite aos Estados Unidos para visitar o seu escritório na China. O UNFPA teve o prazer de receber delegações sob várias administrações dos EUA, e nenhuma achou que o UNFPA estava violando a Emenda de Kemp-Kasten”, afirma o organismo internacional.

Segundo a agência da ONU, a “decisão infeliz” do governo norte-americano vai impedir a realização do trabalho crucial do UNFPA — de proteção da saúde e das vidas de centenas de milhões de mulheres e meninas em todo o planeta, incluindo em contextos humanitários. “Portanto, o UNFPA espera que os Estados Unidos vão reconsiderar a sua posição”, aponta o comunicado.

Brasil acompanha países islâmicos em votações sobre direitos das mulheres e sexuais na ONU

Diplomacia de Bolsonaro se abstém de votar sobre investigação de política de extermínio na ‘guerra às drogas’ nas Filipinas

(O Globo, 11/07/2019 - acesse no site de origem)

O Brasil acompanhou a posição de países de maioria islâmica, boa parte deles com governos autoritários, divergindo da quase totalidade das nações europeias e ocidentais, em várias votações sobre direitos sexuais e das mulheres no mais importante órgão de Direitos Humanos da ONU nesta quinta-feira.

O país também absteve-se de votar em uma resolução, aprovada pela maioria do Conselho de Direitos Humanos da ONU, sediado em Genebra, pedindo a abertura de uma investigação sobre as milhares de execuções extrajudiciais presumivelmente realizadas por policiais nas Filipinas, na chamada “guerra às drogas” do presidente Rodrigo Duterte.

Em uma resolução contra o casamento infantil e forçado, o Brasil votou a favor de uma emenda proposta por Egito, uma ditadura militar, e Iraque para excluir do texto uma referência “ao direito à saúde sexual e reprodutiva”.

A embaixadora brasileira, Maria Nazareth Farani Azevêdo, também votou a favor de outra proposta de emenda, sugerida por Bahrein e Arábia Saudita, monarquias absolutistas do Golfo Pérsico, para enfraquecer recomendação de educação sexual, alterando o texto para não mais recomendá-la “de acordo com a maturidade apropriada” de crianças e adolescentes, mas para torná-la dependente da “devida orientação dos pais e guardiões legais”.

Em votação sobre outra resolução, relacionada à educação sexual, o Brasil apoiou mudança proposta pelo Paquistão, propondo excluir a recomendação de “garantir o acesso universal à educação abrangente sobre sexualidade baseada em evidências”.

O Brasil não justificou nenhum desses apoios e foi derrotado nas propostas de emenda, com a maioria dos países do Conselho, que tem 47 membros, votando por derrubá-las.

Duterte eximido

A proposta de investigação das execuções sumárias nas Filipinas, feita pela Islândia, foi apoiada por 18 países, incluindo 11 dos 12 europeus, com a exceção da Hungria, que votou contra. O Brasil foi um dos 15 países que se abstiveram, ao lado de Afeganistão, Ruanda, Chile e Japão. Outros 14 países votaram contra, incluindo China e Cuba. A resolução pede ao Alto Comissariado de Direitos Humanos da ONU para preparar “um relatório escrito abrangente sobre a situação dos direitos humanos nas Filipinas”.

O governo de Duterte diz que 6.600 pessoas “morreram em tiroteios” com policiais, mas organismos de direitos humanos dizem que o número de mortos pode superar 27 mil, e que grande parte das mortes foi de execuções sumárias. Em um relatório divulgado nesta semana, a Anistia Internacional afirma que o morticínio “chega ao limite de configurar um crime contra a humanidade”.

Ao justificar a abstenção, a embaixadora Maria Nazareth Farani Azevêdo afirmou que o Brasil “tem acompanhado a situação dos direitos humanos nas Filipinas” e “reconhece importantes medidas para os avanços dos direitos humanos naquele país”, além do “engajamento” de Manila nos Conselho de Direitos Humanos.

— Enquanto reconhecemos os progressos alcançados em tantas frentes, não podemos deixar de expressar nossa preocupação com os relatos de violações de direitos humanos, em particular relacionados à campanha antidrogas. Por esta razão, o Brasil irá se abster nesta resolução — disse Farani Azevêdo.

O texto aprovado pelo Conselho conclama o governo filipino a “tomar todas as medidas necessárias para prevenir execuções extrajudiciais e desaparecimentos forçados, para conduzir investigações imparciais e para responsabilizar os culpados, de acordo com as normas internacionais, incluindo o devido processo legal e o Estado de Direito”. No voto da embaixadora, o Brasil limitou-se a “pedir para as Filipinas continuarem a cooperação com o Alto Comissariado e com o Conselho de Direitos Humanos, inclusive autorizando visitas”.

Em outra votação, porém, o Brasil votou a favor de resolução contra a Eritreia, que renova o mandato de um relator especial no país. Em sua justificativa, a embaixadora disse preocupar-se “particularmente por restrições aos direitos civis e políticos” e por “denúncias recentes de perseguições, inclusive contra cristãos” no país.

Reeleição ao conselho

Nesta quinta-feira, também aconteceu em Brasília uma reunião entre o Conselho Nacional de Direitos Humanos e o chefe do departamento de Direitos Humanos e Cidadania do Itamaraty, João Lucas Quental Novaes de Almeida, sobre [a candidatura brasileira à reeleição no Conselho de Direitos Humanos](#), para o triênio 2020-2022.

Ao apresentar os compromissos de sua candidatura, o Brasil excluiu menções a gênero, desigualdade e tortura, e inseriu “o fortalecimento das estruturas familiares” como uma de suas prioridades.

De acordo com o presidente do CNDH, Leonardo Pinho, o Itamaraty recebeu “críticas unânimes na reunião”. A candidatura do Brasil, segundo ele, é considerada “regressiva”.

Em resposta a perguntas enviadas sobre a candidatura na quarta-feira, o Itamaraty respondeu

que “a maioria dos itens mencionados estava presente em edições anteriores dos compromissos. Há, nesse sentido, muitos elementos de continuidade, mas também novidades”.

Segundo o ministério, “nem todas as ações e prioridades do governo durante o atual mandato estão refletidas nos compromissos. O documento evita, por exemplo, singularizar grupos ou categorias, ao mesmo tempo que não exclui nenhum segmento”, acrescentou, antes de listar grupos a serem protegidos, como mulheres, crianças, pessoas com deficiências, idosos e a família, sem incluir pessoas LGBTQ.

Na reunião, o representante do Itamaraty afirmou que, por se tratar de diretriz do governo federal, o termo gênero não deve estar presente em nenhum documento diplomático durante o mandato de Jair Bolsonaro.

Novidades, com continuidades

No passado, durante os governos Lula, Dilma e Temer, o Brasil foi criticado por se abster de condenar violações aos direitos humanos em países como Irã, Síria e Sudão.

No entanto, as emendas que o país apoiou hoje são as chamadas “emendas hostis”, que tentam enfraquecer a força da resolução, afirmou Camila Asano, coordenadora da ONG Conectas Direitos Humanos, credenciada na ONU.

— O país apoiou emendas que visavam enfraquecer textos e tirar informações sensíveis. Isso vai na contramão do que a própria ministra Damares Alves afirma, que a educação precisa ser usada para combater o abuso sexual e a exploração sexual infantil — afirmou. — Não dá para dizer que os votos do país são inéditos, mas essa é uma nova tendência. O normal agora é ver o Brasil ser colocado junto de países párias, que só estão no Conselho para proteger violações aos direitos humanos.

Em relação às Filipinas, Asano afirmou que a abstenção possivelmente busca proteger antecipadamente o Brasil de críticas externas em sua própria guerra às drogas, onde execuções extrajudiciais também são uma realidade:

— A abstenção não só mostra que o país não está preocupado com a população das Filipinas, mas também com o tema, se considerarmos que o Brasil tem uma série de desafios em relação a sua política de drogas — afirmou. — Ao não endossar resolução que condenava absurdos gerados por uma política de drogas, vê-se até onde Brasil vai para preservar uma política cada vez mais agressiva e violadora de direitos humanos. O país se aproxima das Filipinas em um quadro muito preocupante de execuções sumárias.

As votações no Conselho de Direitos Humanos continuam nesta sexta-feira, incluindo resoluções sobre a violência contra a mulher, identidade sexual e de gênero.

Por André Duchiede

[Política de aborto nos EUA é extremismo e tortura, diz comissária da ONU](#)

Diante do avanço conservador de leis antiaborto em vários estados norte-americanos, Kate Gilmore, alta comissária adjunta da ONU (Organização das Nações Unidas), comentou que a política local é uma forma de “ódio extremista”.

[\(Universa, 04/06/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Em entrevista ao jornal britânico “The Guardian”, Kate afirma que o ataque aos direitos das mulheres vem sendo organizado e alimentado por grupos extremistas. “É claro que é uma tortura e uma restrição ao direito a saúde. É uma crise e atinge diretamente as mulheres”, afirma. “É um atentado contra a verdade, ciência e valores e normas”, considera.

Dados mostram que a proibição do aborto não impede as mulheres de procurarem procedimentos, ainda que sejam menos seguros. De acordo com o Guttmacher Institute, houve pelo menos 56 milhões de abortos entre 2010 e 2014. Desses, 25 milhões colocaram a vida de mulheres em risco.

De acordo com a OMS (Organização Mundial de Saúde), nos países ricos, 30 mulheres morrem para cada 100 mil abortos sem segurança. Nos países pobres esse número sobe para 220. Na África Subsaariana, chega a 520. “Temos que nos munir de evidências e fatos e nos solidarizar com essas mulheres”, conclui.

[Nenhum país alcançará a igualdade de gênero até 2030, afirma a ONU](#)

Das 129 nações do ranking, apenas 21 tiveram avanços suficientes nos direitos das mulheres; Brasil está em 77º lugar, atrás de 11 latino-americanos

[\(Veja, 03/06/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Nenhum país no mundo terá alcançado a igualdade entre os gêneros até 2030, de acordo com os dados do primeiro ranking de gênero dos [Objetivos de Desenvolvimento Sustentável](#) (SDGs), estabelecidos pela Assembleia Geral das Nações Unidas.

Mesmo entre os líderes da avaliação, as nações nórdicas, nenhum alcançará as metas previstas em 14 dos 17 objetivos das Nações Unidas. Entre os 129 países que compuseram o ranking, o Brasil ficou em 77º lugar - na América Latina, atrás do Uruguai (32º), Chile (39º), Costa Rica (44º), Argentina (47º), Paraguai (55º), Colômbia (57º), Equador (58º), Panamá (63º), México (64º), Peru (66º) e Bolívia (68º).

Os SDGs foram adotados por 193 países em 2015 e se tornaram um guia mundial para a erradicação da pobreza e a proteção ambiental do planeta, incluindo diversos tópicos contra a desigualdade entre homens e mulheres.

“Mas, com apenas 11 anos até o prazo final para os resultados, nosso ranking estima que nenhum dos 129 países está transformando suas leis, políticas e orçamento público na escala necessária para alcançar a igualdade de gênero até 2030”, explicou à CNN Alison Holder, diretora do Medidas Igualitárias 2030 ([Equal Measures 2030](#)), uma associação da ONU com o setor privado.

Um relatório publicado com o índice desta segunda-feira, 3, ainda calculou que 2,8 bilhões de mulheres e meninas estão vivendo desprotegidas pelos governos de seus países.

“Este documento deveria servir como um alerta para o mundo. Nós não alcançamos os SDGs com 40% das meninas e mulheres vivendo em países que estão [falhando em igualdade de gênero](#)”, disse Melinda Gates, vice-presidente da Fundação Bill & Melinda Gates, em comunicado.

O ranking avaliou 129 países com notas de 0 a 100, atribuídas de acordo com o avanço em cada um dos fatores cobrados. Países com mais de 90 pontos estariam fazendo progressos “excelentes”, e aqueles abaixo de 50, avanços “insuficientes”.

A média global dos participantes foi 65,7 pontos, considerada “fraca” em comparação às expectativas, afirmou a nota do Medidas Igualitárias 2030.

Nenhuma nação alcançou 90 pontos ou mais. O top 10 do ranking é formado por Dinamarca, Finlândia, Suécia, Noruega, Holanda, Eslovênia, Alemanha, Canadá, Irlanda e Austrália.

O relatório atribui os desempenhos acima da média destes países aos serviços públicos de qualidade e à seguridade social. Apenas 21 dos avaliados alcançaram marcas acima de 80, incluindo o Japão e o Reino Unido, não escapando de críticas das entidades envolvidas.

“Está claro que até mesmo os países mais igualitários em gênero devem melhorar em relação a problemas como o orçamento para os gêneros nos serviços públicos, a representatividade igualitária em cargos de poder, a diferença salarial entre sexos e a violência impulsionada pelo gênero”, opinou Holder.

Os Estados Unidos foram avaliados com 77,6 pontos, uma nota reduzida por sua má gestão de problemas como a pobreza e a participação econômica feminina, justificou o relatório. No ranking, estão em 28º lugar.

Guerra e desigualdade

Ainda segundo o estudo, a fragilidade dos Estados e os conflitos estão por trás da performance dos últimos colocados: Chade, República Democrática do Congo, Iêmen, Níger e Mauritânia. Para remediar a situação, o documento pede ajuda à comunidade internacional para investir nesses países e apoiá-los.

Regionalmente, a Europa e a América do Norte lideraram o ranking, enquanto a parte final do ranking é dominada por nações africanas.

Apesar disso, a avaliação também identificou países com menos recursos, porém com mais habilidade para atacar sua desigualdade de gênero do que economias desenvolvidas. O Senegal, por exemplo, tem mais mulheres no Parlamento (42%) do que a Dinamarca, com 37%, apesar de o Produto Interno Bruto (PIB) do país escandinavo ser “56 vezes maior”, destacou o documento.

Em outro caso, o Quênia tem uma taxa de mulheres acessando bancos digitais mais alta que em três quartos dos países avaliados. Já a Colômbia oferece uma assistência social aos mais pobres melhor do que a dos Estados Unidos.

Para que as nações melhor avaliadas cumpram seu “quilômetro final” na corrida pela igualdade, o projeto Medidas Igualitárias alerta para a necessidade de uma análise multifacetada dos gêneros, planejando políticas que “foquem nos grupos de meninas e mulheres que possam ser invisíveis em suas sociedades e que estão sob o risco de serem deixadas para trás por fatores como raça, religião e orientação sexual.”

Direitos de mulheres precisam ser protegidos ‘antes, durante e após conflitos’

O Conselho de Segurança [adotou](#) na terça-feira (23) uma resolução apresentada pela Alemanha para reduzir violência sexual em conflitos e acabar com o uso de estupros como arma de guerra.

[\(ONU Brasil, 25/04/2019 - acesse no site de origem\)](#)

O encontro de alto nível marcou os 10 anos da adoção da resolução 1888, que criou o mandato da representante especial sobre violência sexual em conflito.

Segundo o secretário-geral das Nações Unidas, António Guterres, ao longo desta última década houve uma “mudança de paradigmas” no entendimento do impacto devastador da violência sexual em conflitos, no âmbito da paz e da segurança internacionais.

Longas negociações foram feitas para chegar à versão final da resolução, com alguns membros argumentando contra a criação de um novo mecanismo formal de denúncias, assim como referências às provisões sobre serviços de saúde sexual e reprodutiva para mulheres.

A resolução foi aprovada com 13 votos a favor e duas abstenções, da Rússia e da China.

A violência sexual em contextos de guerra “afeta amplamente mulheres e meninas porque está intimamente ligada às questões mais amplas de desigualdade e discriminação entre gêneros”, afirmou Guterres.

De acordo com o secretário-geral, a prevenção deve ser baseada na “promoção dos direitos das mulheres e na igualdade de gênero em todas as áreas, antes, durante e depois de conflitos”.

“Isto precisa incluir a participação completa e eficaz de mulheres na vida política, econômica e social, e garantir justiça acessível e rápida e instituições de segurança”, afirmou.

Guterres também reconheceu as ligações entre violência sexual em conflitos, desigualdade e discriminação entre gêneros e terrorismo e extremismo violento.

“Extremistas e terroristas frequentemente constroem suas ideologias em torno da subjugação de mulheres e meninas e usam da violência sexual de várias formas, de casamentos forçados à escravidão”, explicou.

“Violência sexual continua impulsionando conflitos e impacta severamente as perspectivas de paz duradoura.”

Guterres destacou a necessidade de fortalecer justiça e responsabilização, dizendo que, apesar de diversas condenações de alto escalão, “há uma ampla impunidade para violência sexual em conflitos”. A maior parte dos casos “nunca é relatada, investigada e muito menos processada”, acrescentou.

Comunidades em ‘estado de choque’

Embora estigmas e outras barreiras sociais contribuam para o número baixo de denúncias de violência sexual, a representante especial da ONU sobre Violência Sexual em Conflitos, Pramila Patten, disse ao Conselho que “agora nós entendemos muito mais sobre suas muitas formas, impulsionadores e impactos, e sobre os devastadores fardos físicos, psicológicos e sociais que sobreviventes carregam”.

“Violência sexual impulsiona conflitos e impacta severamente as perspectivas de paz duradoura”, afirmou Patten.

Segundo a relatora, a violência sexual é usada “precisamente porque é um meio tão eficaz de mirar indivíduos e devastar comunidades inteiras”.

A relatora lembrou casos de vítimas miradas por conta de suas etnias ou afiliações religiosas ou políticas.

Ela recontou uma visita ao Sudão do Sul, onde disse ter ficado horrorizada com a “pura brutalidade da violência sexual, perpetrada ao longo de linhas étnicas contra mulheres e meninas, até mesmo crianças de quatro anos de idade”.

Patten descreveu comunidades em “estado de choque” na instalação da ONU para Proteção de Civis na capital do país, Juba, que foram vítimas de estupros coletivos e sequestradas para escravidão sexual.

“Imagine um desespero tão cru que pais preferem casar suas filhas com um estranho para poupá-la de ser estuprada por muitos”, afirmou.

“Para um dia impedir que estes crimes aconteçam em primeiro lugar, precisamos confrontar a realidade inaceitável de que não há grandes custos em estuprar uma mulher, criança ou homem em conflitos armados pelo mundo”, disse.

“Para mudar esta situação, precisamos aumentar o custo e as consequências para aqueles que cometem, comandam ou perdoam violência sexual em conflitos. Precisamos converter uma

cultura de séculos de impunidade em uma cultura de responsabilização”, concluiu a representante especial.

Marcos importantes

A renomada advogada de direitos humanos Amal Clooney lembrou alguns dos “marcos importantes” que alcançou defendendo mulheres e meninas yazidis do norte do Iraque. Milhares destas foram vendidas para escravidão sexual pelo grupo extremista Estado Islâmico.

Ela disse que há duas semanas representou na Alemanha a mãe de uma menina yazidi de cinco anos de idade, no primeiro julgamento de um combatente do Estado Islâmico, que enfrenta acusações de crimes de guerra.

Clooney afirmou que a mãe havia sido “escravizada, acorrentada a uma janela e deixada para morrer lentamente de sede no calor abrasador”, mas que agora a justiça está sendo feita.

“Crimes cometidos pelo Estado Islâmico contra mulheres e meninas são diferentes de tudo que testemunhamos nos tempos modernos”, disse. “A questão de levá-los à justiça mal gerou sussurros... Se não agirmos agora, será tarde demais.”

“Este é o seu momento de Nuremberg”, disse ao Conselho, se referindo aos julgamentos realizados na Alemanha após a Segunda Guerra Mundial, que processaram nazistas e outros por acusações de crimes contra a humanidade.

‘Fenômeno perigoso’

Crimes de violência sexual cometidos contra mulheres em todo o mundo se tornaram “um fenômeno perigoso” que exige ação de todos, disse Nadia Murad, embaixadora da Boa Vontade para a Dignidade dos Sobreviventes de Tráfico de Pessoas, do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), ao Conselho.

A yazidi sobrevivente de estupro e posteriormente ativista falou sobre como milhares de mulheres e meninas yazidis foram escravizadas com o conhecimento de comunidades locais e internacionais, ressaltando que “ninguém interveio para pará-los”.

Ela alertou que o genocídio de yazidis continua. “O tecido social de uma sociedade inteira foi rasgado, as esperanças e aspirações de gerações foram perdidas”, afirmou. “Nós fomos impedidos de praticar nossas tradições... Há dezenas de valas comuns em nossa região.”

Ela afirmou que a comunidade internacional precisa assumir a responsabilidade de resgatar pessoas que estão desaparecidas ou em cativeiro desde 2014.

“Até agora, nenhuma pessoa foi julgada por crimes de escravidão sexual contra os yazidis”, disse ao Conselho, acrescentando que mais de 350 mil yazidis ainda estão deslocados em acampamentos.